

LEGISLATIVO

Reajustes em série para servidores

Aumento para ministros do STF será de 18%. Outras categorias do funcionalismo também são contempladas pelo Parlamento

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

O Senado enviou à promulgação, ontem, um pacote de reajustes salariais para presidente da República, vice, ministros de Estado, parlamentares e magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). Os aumentos, feitos por meio de vários projetos de lei, variam de R\$ 12,6 mil até R\$ 15,4 mil e ocorrerão de forma escalonada entre 2023 e 2025.

Os textos foram aprovados na terça-feira, na Câmara dos Deputados e apreciados ontem pelos senadores. Já a proposta legislativa que promoveu elevação dos vencimentos dos ministros da Suprema Corte foi avalizada nesta quarta-feira pelas duas Casas.

O reajuste salarial dos ministros do STF em 18% foi o ponto principal para correção tão robusta. Isso porque os vencimentos dos integrantes da Corte são usados como teto para o pagamento de remunerações no serviço público federal.

Com isso, a partir de 1º de fevereiro de 2025, o pacote vai igualar os salários da elite dos Três Poderes em R\$ 46,3 mil. O salário dos ministros do STF passará de R\$ 39,2 mil para R\$ 41,6 mil em 2023 e aumentará para R\$ 44 mil em 2024, até chegar ao montante final de R\$ 46,3 mil em 2025.

O projeto de lei voltado à Presidência da República prevê o reajuste em quatro etapas. A primeira será em 1º de janeiro de 2023, e a última, em 1º de fevereiro de 2025. Hoje, o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e os ministros de Estado ganham R\$ 30,9 mil. Ao tomarem posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice, Geraldo Alckmin, além dos novos ministros, vão ganhar R\$ 39.293,32.

A partir de 1º de abril de 2023, os rendimentos vão ser elevados a R\$ 41,6 mil, passando para R\$ 44 mil em 1º de fevereiro de 2024 e finalmente para os R\$ 46,3 mil, em 1º de fevereiro de 2025. Assim, em três anos, o aumento totalizará 37%.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Reajustes da elite do funcionalismo é inoportundo, dizem especialistas

Nelson Jr./SCO/STF



A remuneração dos magistrados do Supremo passará de R\$ 39.293,32 para R\$ 46.366,19, com altas progressivas até 2024

» Protesto de bolsonaristas

No plenário da Câmara, a votação dos reajustes do STF foi simbólica, de modo que cada parlamentar não precisou declarar o voto nominalmente. No Senado, passou por 51 votos a 18. Parlamentares da base do presidente Jair Bolsonaro (PL) se manifestaram contra. Para eles, aprovar o reajuste aos ministros seria “premiar” magistrados apesar das decisões judiciais que os prejudicam. A atual oposição e o Centrão garantiram a aprovação da matéria. “Quem está falando aqui é uma deputada que, sem ter cometido crimes, já está em três inquéritos do STF, como o das fake news”, disse Bia Kicis (PL-DF). “Estamos premiando ministros que estão perseguindo uma ala da sociedade brasileira em inquéritos inconstitucionais.”

Já os reajustes concedidos aos parlamentares foi feito por meio de projeto de decreto legislativo (PDL) assinado pelo presidente das duas Casas. O texto já vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro. Atualmente, deputados e senadores recebem R\$ 33,7 mil. A partir de 1º de

abril de 2023, os salários passam a R\$ 41,6 mil; a R\$ 44 mil, em 1º de fevereiro de 2024; e a R\$ 46,3 mil em 1º de fevereiro de 2025.

Todos os projetos foram aprovados enquanto deputados e senadores articulavam a votação da PEC da Transição. Os

parlamentares aproveitaram as sessões que tomaram a maior parte dos dois últimos dias avançar no pacote em causa própria. Os servidores da Câmara e do Senado também foram contemplados. Eles vão receber aumento de 6% a partir de 1º de fevereiro de 2023; 6% a partir de 1º de fevereiro de 2024; e 6,13% a partir de 1º de fevereiro de 2025, num total de 19,25%.

Servidores

O Congresso também aprovou reajustes, de 18%, para servidores da Defensoria Pública da União (DPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). O impacto orçamentário previsto pelo TCU com o reajuste salarial de seus servidores é de R\$ 88,1 milhões em

2023, R\$ 179,8 milhões em 2024, R\$ 275,1 milhões em 2025, e 374,2 milhões no exercício de 2026.

Já a DPU considera que o impacto orçamentário previsto será de R\$ 16,3 milhões em 2023, R\$ 25,5 milhões em 2024 e R\$ 26,5 milhões a partir do ano seguinte.

O Parlamento também deve votar um acréscimo salarial para os demais servidores do Judiciário. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), somados, os reajustes para ministros, juízes e servidores terão impacto de R\$ 1,8 bilhão em 2023, de R\$ 5,5 bilhões em 2024, e de R\$ 6,3 bilhões em 2025. Ainda há propostas para aumento nos rendimentos dos ministros do TCU e para o procurador-geral da República.

Especialistas criticam aumentos

» RAPHAEL PATI*

O reajuste para a elite do funcionalismo público foi alvo de crítica de especialistas. Na avaliação deles, a decisão ocorre em um momento bastante inoportuno, em que o mesmo Congresso aprova a PEC da Transição para furar o teto de gastos.

Para o secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, o fato de o Parlamento incluir essa pauta na votação em plena véspera de recesso para as comemorações de Natal e ano-novo indica uma estratégia usada em outros anos, com o objetivo de evitar discussões em torno do tema.

“Os políticos são hábeis e oportunistas quando se trata de fazer cortesia para eles próprios

com o chapéu alheio, ou seja, com o nosso chapéu. Sempre às vésperas do final do ano, nas festas, quando os parlamentares já estão saindo de recesso, quando essa repercussão acaba sendo menor do que a que poderia ter se isso acontecesse no decorrer do exercício. Eles, então, nos dão esse presente. Isso é um presente de Natal”, ironizou o economista.

Servidores

Castello Branco classificou de injusto o aumento, aprovando sob a alegação de recomposição de perdas inflacionárias. “Isso, a meu ver, é uma falácia, porque, na realidade, sob o ponto de vista da sociedade, haveria justiça se todas as categorias

profissionais tivessem essa oportunidade de repor perdas salariais, mas, infelizmente, não é isso que acontece.”

Para Letícia Mendes, consultora do Poder Legislativo da BMJ Consultores Associados, há uma incongruência em se colocar em votação o projeto agora. “Ainda que o último reajuste tenha ocorrido em 2016, a situação crítica vivenciada por grande parte da população deveria ser priorizada neste momento. Mesmo que o Parlamento tenha autonomia financeira-orçamentária, tais recursos poderiam ser redirecionados para outras questões”, ressaltou.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Aumentos robustos

Veja como será o escalonamento dos reajustes

» Supremo Tribunal Federal

Salário atual: R\$ 39,2 mil
1º/4/2023: R\$ 41,6 mil
1º/2/2024: R\$ 44 mil
1º/2/2025: R\$ 46,3 mil

» Presidente, vice e ministros de Estado

Salário atual: R\$ 30,9 mil
1º/1/2023: R\$ 39,2 mil
1º/4/2024: R\$ 41,6 mil
1º/2/2025: R\$ 44 mil
1º/2/2026: R\$ 46,3 mil

» Congresso

Salário atual: R\$ 33,7 mil
1º/4/2023: R\$ 41,6 mil
1º/2/2024: R\$ 44 mil
1º/2/2025: R\$ 46,3 mil

CUSTOS

» Câmara dos Deputados

2023: R\$ 86 milhões
2024: R\$ 18,8 milhões
2025: R\$ 19,1 milhões
2026: R\$ 20,2 milhões

» Senado

2023: R\$ 14,3 milhões
2024: R\$ 3 milhões
2025: R\$ 2,5 milhões
2026: R\$ 3,5 milhões

» Executivo

2023: R\$ 7,1 milhões
2024: R\$ 1,2 milhão
2025: R\$ 1,2 milhão
2026: R\$ 1,3 milhão

» Judiciário

2023: 981,3 mil — apenas STF
2023: aumento para todos os integrantes do Judiciário da União: R\$ 255 milhões no próximo ano.

Obs.: Segundo dados da Instituição Fiscal Independente, como o reajuste do STF provoca efeito cascata, o impacto em 2023 pode chegar a R\$ 1,8 bilhão. Salários de integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acompanham proporcionalmente os do Supremo, assim como os vencimentos dos desembargadores estão relacionados aos dos magistrados do STJ.



Ainda que o último reajuste tenha ocorrido em 2016, a situação crítica vivenciada por grande parte da população deveria ser priorizada neste momento"

Letícia Mendes,
consultora do Poder Legislativo da BMJ Consultores Associados



CONTRA A DENGUE, O SEU CUIDADO É O MELHOR REPELENTE.

Não deixe água parada em vasos de plantas, baldes, pneus, calhas, garrafas, tampas ou piscinas sem manutenção. Mantenha lixeiras e caixas-d'água sempre tampadas e os terrenos limpos e sem entulho.

